

Alteração 24

Younous Omarjee, Liadh Ní Riada, Xabier Benito Ziluaga, Marisa Matias, Tania González Peñas, Miguel Urbán Crespo, Lola Sánchez Caldentey, Estefanía Torres Martínez, Sofia Sakorafa, Paloma López Bermejo, Marina Albiol Guzmán, Barbara Spinelli, Patrick Le Hyaric, Javier Couso Permuy, Kostas Chrysogonos, Stelios Kouloglou, Kostadinka Kuneva, Dimitrios Papadimoulis
em nome do Grupo GUE/NGL

Relatório

A8-0036/2016

Jens Geier

Orientações para o Orçamento de 2017 - Secção III
2016/2004(BUD)

Proposta de resolução**Considerando B-A (novo)***Proposta de resolução**Alteração*

B-A. Considerando que, a fim de compensar a frágil recuperação económica, os novos sinais de crise latente e o crescimento das divergências na UE, é necessário prever um aumento suficiente do orçamento da União para assegurar um nível de recursos adequado no orçamento do próximo ano, colocando particular ênfase nos programas e projetos destinados a estimular o crescimento e o emprego digno, erradicar a pobreza e investir no crescimento e no desenvolvimento inteligente, sustentável e ecológico; salienta que as contribuições para este aumento devem resultar da subida das participações dos Estados-Membros com maior rendimento nacional bruto (RNB) e maior rendimento per capita, corrigindo as grelhas de participação atuais, que são distorcidas e injustas; reitera que é impreterível aumentar o apoio aos Estados-Membros, especialmente aos que enfrentam a recessão económica, para o investimento em infraestruturas, equipamentos sociais, investigação, inovação e desenvolvimento;

Alteração 25

Younous Omarjee, Liadh Ní Riada, Xabier Benito Ziluaga, Marisa Matias, Tania González Peñas, Miguel Urbán Crespo, Lola Sánchez Caldentey, Estefanía Torres Martínez, Fabio De Masi, Sofia Sakorafa, Barbara Spinelli, Matt Carthy, Jiří Maštálka, Kateřina Konečná, Martina Michels, Patrick Le Hyaric, Kostas Chrysogonos, Stelios Kouloglou, Kostadinka Kuneva, Dimitrios Papadimoulis
em nome do Grupo GUE/NGL

Relatório

A8-0036/2016

Jens Geier

Orientações para o Orçamento de 2017 - Secção III
2016/2004(BUD)

Proposta de resolução**N.º 1***Proposta de resolução**Alteração*

1. *Observa* que o orçamento da União demonstrou ser *um* recurso *fundamental* para fazer face às crises recentes e dar resposta às necessidades que não *tinham sido necessariamente* previstas durante as negociações sobre o quadro financeiro plurianual (QFP) 2014-2020, tais como o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE) *e os sérios desafios e emergências resultantes da crise da migração e dos refugiados ou* das tensões geopolíticas na vizinhança da Europa, enquanto na UE o ritmo da recuperação económica e do investimento *está abaixo do que deveria ser e continua a existir* um défice de investimento;

1. *Salienta que o orçamento da União deve ser utilizado de modo a dar prioridade às políticas de convergência real, integração e coesão, com base no progresso social e na solidariedade, salvaguardando e promovendo a criação de postos de trabalho dignos, estáveis e de qualidade, a utilização sustentável dos recursos naturais e a proteção do ambiente; sublinha* que o orçamento da União demonstrou ser *escasso, apesar do seu potencial para se converter num* recurso *importante*, para fazer face às crises recentes e dar resposta às necessidades que não *foram* previstas durante as negociações sobre o quadro financeiro plurianual (QFP) 2014-2020, tais como o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), *a crise da migração e dos refugiados ou os sérios desafios e emergências resultantes* das tensões geopolíticas na vizinhança da Europa, enquanto na UE o ritmo da recuperação económica e *a diminuição contínua* do investimento *público e privado para níveis abaixo do seu potencial geraram* um défice de

*investimento e um agravamento das
desigualdades entre Estados-Membros,
regiões e cidadãos da UE;*

Or. en

2.3.2016

A8-0036/26

Alteração 26

Miguel Viegas, João Ferreira, João Pimenta Lopes, Marisa Matias, Sabine Lösing, Fabio De Masi, Sofia Sakorafa, Paloma López Bermejo, Marina Albiol Guzmán, Barbara Spinelli, Matt Carthy, Jiří Maštálka, Kateřina Konečná, Rina Ronja Kari, Patrick Le Hyaric, Javier Couso Permuy, Kostas Chrysogonos, Stelios Kouloglou, Neoklis Sylikiotis, Takis Hadjigeorgiou, Kostadinka Kuneva, Dimitrios Papadimoulis
em nome do Grupo GUE/NGL

Relatório

A8-0036/2016

Jens Geier

Orientações para o Orçamento de 2017 - Secção III
2016/2004(BUD)

Proposta de resolução

N.º 1-A (novo)

Proposta de resolução

Alteração

1-A. Destaca que as políticas de austeridade da União Europeia criaram uma pressão em baixa sobre os salários reais nos Estados-Membros, o que prolongará a crise económica e social; considera que o orçamento deve ser utilizado para apoiar os esforços que visam aumentar os salários reais e lutar contra o dumping social nos Estados-Membros;

Or. en

Alteração 27

Younous Omarjee, Liadh Ní Riada, Xabier Benito Ziluaga, Marisa Matias, Tania González Peñas, Miguel Urbán Crespo, Lola Sánchez Caldentey, Estefanía Torres Martínez, Sofia Sakorafa, Paloma López Bermejo, Marina Albiol Guzmán, Barbara Spinelli, Matt Carthy, Jiří Maštálka, Kateřina Konečná, Martina Michels, Javier Couso Permuy, Kostas Chrysogonos, Stelios Kouloglou, Kostadinka Kuneva, Dimitrios Papadimoulis
em nome do Grupo GUE/NGL

Relatório**A8-0036/2016****Jens Geier**

Orientações para o Orçamento de 2017 - Secção III
2016/2004(BUD)

Proposta de resolução**N.º 2***Proposta de resolução**Alteração*

2. Sublinha que, nesta fase, a capacidade limitada do orçamento da União para resolver estas crises resulta principalmente da utilização de todos os meios disponíveis acordados no âmbito das negociações sobre o QFP e, em particular, da utilização de instrumentos específicos, como o instrumento de flexibilidade; recorda o papel decisivo do Parlamento na configuração desses instrumentos durante as negociações sobre o QFP; salienta, no entanto, que, se a crise continuar a agravar-se, nem a ativação total das disposições existentes em matéria de flexibilidade será suficiente para resolver o problema; insta o Conselho, neste contexto, a reconsiderar a sua posição sobre a questão da orçamentação dos instrumentos especiais do QFP, de modo a reduzir os condicionalismos que pesam sobre o orçamento da União; reitera, a este respeito, a sua posição de longa data de que as dotações de pagamento para os instrumentos especiais (Instrumento de Flexibilidade, Fundo de Solidariedade da UE, Fundo Europeu de Ajustamento à

2. Sublinha que, nesta fase, a capacidade limitada do orçamento da União para resolver estas crises resulta principalmente da utilização de todos os meios disponíveis acordados no âmbito das negociações sobre o QFP e, em particular, da utilização de instrumentos específicos, como o instrumento de flexibilidade; recorda o papel decisivo do Parlamento na configuração desses instrumentos durante as negociações sobre o QFP; salienta, no entanto, que, se a crise continuar a agravar-se, nem a ativação total das disposições existentes em matéria de flexibilidade será suficiente para resolver o problema; insta o Conselho, neste contexto, a reconsiderar a sua posição sobre a questão da orçamentação dos instrumentos especiais do QFP, de modo a reduzir os condicionalismos que pesam sobre o orçamento da União; reitera, a este respeito, a sua posição de longa data de que as dotações de pagamento para os instrumentos especiais (Instrumento de Flexibilidade, Fundo de Solidariedade da UE, Fundo Europeu de Ajustamento à

Globalização e Reserva para Ajudas de Emergência) devem ser calculadas para além dos limites máximos do QFP, como no caso das autorizações; *espera* que *esta questão seja resolvida* no *contexto* da *revisão intercalar do QFP*;

Globalização e Reserva para Ajudas de Emergência) devem ser calculadas para além dos limites máximos do QFP, como no caso das autorizações; *considera* que *uma revisão exaustiva do QFP deve ser encarada como uma oportunidade para resolver as lacunas em questões fundamentais e a crise iminente no orçamento da União, para garantir um nível razoável de flexibilidade e para estabelecer limites máximos mais elevados para as rubricas orçamentais respeitantes aos programas mais procurados da UE, dando destaque ao desenvolvimento social*;

Or. en

Alteração 28

Miguel Viegas, João Ferreira, João Pimenta Lopes, Fabio De Masi, Sofia Sakorafa, Paloma López Bermejo, Marina Albiol Guzmán, Barbara Spinelli, Jiří Maštálka, Kateřina Konečná, Javier Couso Permuy, Kostas Chrysogonos, Stelios Kouloglou, Neoklis Sylikiotis, Takis Hadjigeorgiou, Kostadinka Kuneva, Dimitrios Papadimoulis
em nome do Grupo GUE/NGL

Relatório

A8-0036/2016

Jens Geier

Orientações para o Orçamento de 2017 - Secção III
2016/2004(BUD)

Proposta de resolução

N.º 2-A (novo)

Proposta de resolução

Alteração

2-A. Realça a necessidade de uma estratégia europeia de investimento coerente sob a forma de um «programa de investimento da UE para o desenvolvimento sustentável e o emprego», dotado de um montante de, no mínimo, 2 % do PIB da União por ano ao longo de 10 anos, programa esse que deveria complementar os esforços similares de investimento público envidados pelos Estados-Membros; observa que esse programa de investimento se financiaria parcialmente a si próprio através de um maior crescimento do PIB e das receitas fiscais; solicita à Comissão e ao Conselho que incluam os recursos financeiros adicionais necessários na sua proposta de orçamento para 2017;

Or. en

2.3.2016

A8-0036/29

Alteração 29

Liadh Ní Riada, Sofia Sakorafa, Barbara Spinelli, Matt Carthy, Marisa Matias, Jiří Maštálka, Kateřina Konečná, Martina Michels, Stelios Kouloglou
em nome do Grupo GUE/NGL

Relatório

A8-0036/2016

Jens Geier

Orientações para o Orçamento de 2017 - Secção III
2016/2004(BUD)

Proposta de resolução

Subtítulo 2

Proposta de resolução

Alteração

Elaboração do orçamento tendo em conta as previsões económicas e em consonância com *o Semestre Europeu para a* coordenação das políticas económicas

Elaboração do orçamento tendo em conta as previsões económicas e em consonância com a coordenação das políticas económicas

Or. en

2.3.2016

A8-0036/30

Alteração 30

Miguel Viegas, João Ferreira, João Pimenta Lopes, Marisa Matias, Sabine Lösing, Fabio De Masi, Paloma López Bermejo, Marina Albiol Guzmán, Matt Carthy, Jiří Maštálka, Kateřina Konečná, Rina Ronja Kari, Javier Couso Permuy, Stelios Kouloglou, Neoklis Sylikiotis, Takis Hadjigeorgiou, Kostadinka Kuneva
em nome do Grupo GUE/NGL

Relatório

A8-0036/2016

Jens Geier

Orientações para o Orçamento de 2017 - Secção III
2016/2004(BUD)

Proposta de resolução

N.º 2-A (novo) (após o subtítulo 2)

Proposta de resolução

Alteração

2-A. Solicita a elaboração de planos de emergência para apoiar as economias dos países em que houve uma intervenção da troica, que facultem recursos financeiros e prevejam as derrogações necessárias ao funcionamento do mercado único e das políticas comuns;

Or. en

Alteração 31

Younous Omarjee, Liadh Ní Riada, Xabier Benito Ziluaga, Marisa Matias, Tania González Peñas, Miguel Urbán Crespo, Lola Sánchez Caldentey, Estefanía Torres Martínez, Fabio De Masi, Sofia Sakorafa, Paloma López Bermejo, Marina Albiol Guzmán, Barbara Spinelli, Matt Carthy, Jiří Maštálka, Kateřina Konečná, Martina Michels, Patrick Le Hyaric, Javier Couso Permuy, Kostas Chrysogonos, Kostadinka Kuneva, Dimitrios Papadimoulis
em nome do Grupo GUE/NGL

Relatório**A8-0036/2016****Jens Geier**

Orientações para o Orçamento de 2017 - Secção III
2016/2004(BUD)

Proposta de resolução**N.º 3***Proposta de resolução**Alteração*

3. Toma nota das Previsões Económicas Europeias (outono de 2015) da Comissão, que apontam para uma ligeira recuperação, embora ainda abaixo do potencial de crescimento da UE; salienta, contudo, que esta recuperação tem de ser intensificada mediante o reforço dos alicerces do crescimento de modo a fomentar a criação de postos de trabalho e o regresso ao pleno emprego, *e* regista que o desemprego a longo e a muito longo prazo, nomeadamente nas regiões mais pobres da União e entre os jovens, se mantém em níveis preocupantemente elevados, e que a UE tem dificuldades a nível da reestruturação industrial; **assinala as disparidades em termos de desenvolvimento** económico entre regiões europeias e entre Estados-Membros, e chama a atenção para o fosso entre os europeus mais ricos e os mais pobres; assinala, para além disso, o surgimento de novos desafios, como o risco de abrandamento das economias dos mercados emergentes e do comércio mundial, com pressões específicas

3. Toma nota das Previsões Económicas Europeias (outono de 2015) da Comissão, que apontam para uma **muito** ligeira **e lenta** recuperação, embora ainda abaixo do potencial de crescimento da UE; salienta, contudo, que esta recuperação tem de ser intensificada mediante o reforço dos alicerces do crescimento de modo a fomentar a criação de postos de trabalho e o **rápido** regresso ao pleno emprego; regista que o desemprego a longo e a muito longo prazo, nomeadamente nas regiões mais pobres da União e entre os jovens, se mantém em níveis preocupantemente elevados, e que a UE tem dificuldades a nível da reestruturação industrial; **lamentava persistência e o agravamento das disparidades a nível económico e social** entre regiões europeias e entre Estados-Membros, e chama a atenção para o fosso **crecente** entre os europeus mais ricos e os mais pobres; assinala, para além disso, o surgimento de novos desafios, como o risco de abrandamento das economias dos mercados emergentes e do comércio mundial, com pressões específicas

decorrentes da volatilidade dos mercados chineses, da necessidade de resolver a crise dos migrantes e dos refugiados e da persistência de tensões geopolíticas;

decorrentes da volatilidade dos mercados chineses, da necessidade de resolver a crise dos migrantes e dos refugiados e da persistência de tensões geopolíticas;

Or. en

Alteração 32

Younous Omarjee, Liadh Ní Riada, Xabier Benito Ziluaga, Marisa Matias, Tania González Peñas, Miguel Urbán Crespo, Lola Sánchez Caldentey, Estefanía Torres Martínez, Sofia Sakorafa, Paloma López Bermejo, Marina Albiol Guzmán, Jiří Maštálka, Kateřina Konečná, Martina Michels, Javier Couso Permuy, Kostadinka Kuneva
em nome do Grupo GUE/NGL

Relatório

A8-0036/2016

Jens Geier

Orientações para o Orçamento de 2017 - Secção III
2016/2004(BUD)

Proposta de resolução**N.º 4***Proposta de resolução*

4. Toma ainda nota da Análise Anual do Crescimento para 2016 elaborada pela Comissão; está firmemente convicto de que a promoção do investimento, inclusivamente através de um aumento mais bem coordenado do investimento público e privado, colocando a ênfase nos objetivos da Estratégia Europa 2020, constitui uma resposta política adequada para o desenvolvimento de uma política económica mais equilibrada; considera que estes dois elementos devem ser tidos em conta na elaboração do projeto de orçamento para 2017, na medida em que tal deverá contribuir para identificar prioridades do contexto económico; solicita, por conseguinte, a criação de mais sinergias entre a dimensão «União» do Semestre Europeu para a Coordenação das Políticas Económicas e o orçamento da União, que é também a pedra angular para a estabilidade da área do euro;

Alteração

4. Toma ainda nota da Análise Anual do Crescimento para 2016 elaborada pela Comissão; está firmemente convicto de que a promoção do investimento, inclusivamente através de um aumento mais bem coordenado do investimento público e privado, colocando a ênfase nos objetivos da Estratégia Europa 2020, constitui uma resposta política adequada para o desenvolvimento de uma política económica mais equilibrada; ***salienta que é necessário continuar a envidar esforços para aumentar o investimento, em especial através do desenvolvimento de novos instrumentos financeiros assentes num novo plano de investimento público europeu financiado por novos recursos próprios com base num regime fiscal mais harmonizado e progressivo; insiste em que as contribuições dos Estados-Membros para o orçamento da UE não devem ser tidas em conta para efeitos do cálculo dos défices estruturais dos Estados-Membros;*** considera que estes dois elementos devem ser tidos em conta na elaboração do projeto de orçamento para 2017, na medida em que tal deverá

contribuir para identificar prioridades do contexto económico; solicita, por conseguinte, a criação de mais sinergias e complementaridade, em particular, entre as políticas de investimento público nos orçamentos dos Estados-Membros e no orçamento da União, especialmente as destinadas a promover o crescimento e a criação de emprego sustentável, o que é a pedra angular da UE;

Or. en

Alteração 33

Younous Omarjee, Liadh Ní Riada, Xabier Benito Ziluaga, Marisa Matias, Tania González Peñas, Miguel Urbán Crespo, Lola Sánchez Caldentey, Estefanía Torres Martínez, Sofia Sakorafa, Paloma López Bermejo, Marina Albiol Guzmán, Jiří Maštálka, Kateřina Konečná, Martina Michels, Patrick Le Hyaric, Javier Couso Permuy, Kostas Chrysogonos, Kostadinka Kuneva, Dimitrios Papadimoulis
em nome do Grupo GUE/NGL

Relatório

A8-0036/2016

Jens Geier

Orientações para o Orçamento de 2017 - Secção III
2016/2004(BUD)

Proposta de resolução**N.º 5***Proposta de resolução**Alteração*

5. Regista, neste contexto, os esforços desenvolvidos pela Comissão para promover a utilização dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus no intuito de apoiar as principais prioridades *salientadas nas recomendações específicas por país*; toma nota da proposta da Comissão de criação do Programa de Apoio às Reformas Estruturais, e exorta a Comissão a garantir a mobilização de fundos para reforçar a coesão económica, social e territorial, em conformidade com o artigo 174.º do TFUE;

5. Regista, neste contexto, os esforços desenvolvidos pela Comissão para promover a utilização dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus no intuito de apoiar as principais prioridades; *lamenta profundamente que, durante as negociações do orçamento da UE de 2016, o financiamento da Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ) tenha sido suspenso após o primeiro ano de execução, embora o desemprego dos jovens continue a registar as taxas mais elevadas de sempre na UE, e solicita uma rápida avaliação desta iniciativa e o imediato restabelecimento do seu financiamento*; toma nota da proposta da Comissão de criação do Programa de Apoio às Reformas Estruturais, e exorta a Comissão a garantir a mobilização de fundos para reforçar a coesão económica, social e territorial, em conformidade com o artigo 174.º do TFUE;

Or. en

Alteração 34

Younous Omarjee, Liadh Ní Riada, Xabier Benito Ziluaga, Marisa Matias, Tania González Peñas, Miguel Urbán Crespo, Lola Sánchez Caldentey, Estefanía Torres Martínez, Paloma López Bermejo, Marina Albiol Guzmán, Barbara Spinelli, Matt Carthy, Jiří Maštálka, Kateřina Konečná, Rina Ronja Kari, Patrick Le Hyaric, Javier Couso Permuy, Kostas Chrysogonos, Stelios Kouloglou, Neoklis Sylikiotis, Takis Hadjigeorgiou, Kostadinka Kuneva, Dimitrios Papadimoulis
em nome do Grupo GUE/NGL

Relatório**A8-0036/2016****Jens Geier**

Orientações para o Orçamento de 2017 - Secção III
2016/2004(BUD)

Proposta de resolução**N.º 7***Proposta de resolução**Alteração*

7. Regista e lamenta o facto de a elisão fiscal das empresas ter causado enormes perdas de receitas fiscais para os Estados-Membros e, por conseguinte, uma redução das suas contribuições para o orçamento da UE; considera, além disso, que esta concorrência fiscal desleal significa, em alguns casos, uma transferência de PIB de um Estado-Membro para outro e uma transferência de RNB para paraísos fiscais no exterior da UE, reduzindo assim globalmente as contribuições dos Estados-Membros para o orçamento da UE;

7. Regista e lamenta o facto de a elisão fiscal das empresas ter causado enormes perdas de receitas fiscais para os Estados-Membros e, por conseguinte, uma redução das suas contribuições para o orçamento da UE; considera, além disso, que esta concorrência fiscal desleal significa, em alguns casos, uma transferência de PIB de um Estado-Membro para outro e uma transferência de RNB para paraísos fiscais no exterior da UE, reduzindo assim globalmente as contribuições dos Estados-Membros para o orçamento da UE; ***solicita a todos os Estados-Membros que promovam e apliquem medidas concretas para lutar ativamente contra a corrupção no domínio dos contratos públicos;***

Or. en